

# O RIO DE JANEIRO NO TEMPO DE D. JOÃO VI

## RIO DE JANEIRO AT THE EPOCH OF D. JOÃO VI

Carollina Carvalho Ramos de Lima<sup>1</sup>

**Resumo:** Em 1808, a crise política que forçou a vinda da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro, desencadeou, aqui, importantes transformações, a começar pela imediata abertura dos portos às nações amigas, decisão que favoreceu o aumento das transações comerciais e um maior intercâmbio cultural. Além disso, durante a estada do monarca lusitano, foram criadas escolas, museus e bibliotecas; procedeu-se à urbanização da capital e, muito importante, teve início a circulação da imprensa nacional. Em meio às comemorações do bicentenário da vinda da Família Real para o Brasil, este artigo pretende elucidar algumas, das muitas mudanças ocorridas no cotidiano da capital do Império luso-brasileiro, depois de 1808, atentando, especialmente, para certas dimensões da vida dos habitantes da capital fluminense.

**Palavras-chave:** Rio de Janeiro, D. João VI, século XIX.

**Abstract:** In 1808, the political crisis that it forced the arrival of the Portuguese Cut to Rio de Janeiro, it unchained, here, important transformations, to begin for the immediate opening of the ports to the nations friends, decision that it favored the increase of the commercial transactions and a larger cultural exchange. Besides, during the Portuguese monarch's stay, schools, museums and libraries were created; she proceeded to the urbanization of the capital and, very important, it had begin to the circulation of the national press. Amid the commemorations of the bicentennial of the arrival of the Royal family to Brazil, this article intends to elucidate some of the a lot of changes happened in the everyday of the capital of the Luso-Brazilian Empire, attempting, especially, for certain dimensions of the inhabitants' life.

**Keywords:** Rio de Janeiro, D. João VI, century XIX.

As circunstâncias que, em princípios do século XIX, forçaram a Casa de Bragança a procurar refúgio no Novo Mundo, [...], foram de enorme importância para o Brasil e, principalmente, para o Rio de Janeiro. É em 1808 que começa realmente a história do Brasil e do Rio de Janeiro; [...], as

---

<sup>1</sup> Mestranda pelo Programa de pós-graduação em História Social e da Cultura pela *Universidade Estadual Paulista – UNESP/Franca*, onde bacharelou e licenciou em História. Bolsista *CAPES*. E-mail: carolunespiana@yahoo.com.br

modificações que ocorreram no estado intelectual e material da antiga colônia, e principalmente da capital, são da mais relevância.  
Johan Moritz Rugendas

Em 8 de março de 1808, entrava na Baía de Guanabara a frota que trazia a Corte portuguesa para se estabelecer na colônia. Naquele momento, a transferência da família real era a melhor alternativa para se escapar das tropas napoleônicas que ameaçavam invadir Portugal. No entanto, a mudança da corte para o Brasil não foi uma idéia “[...] adotada repentinamente como um recurso extremo e irrefletido” (LIMA, 1996, p.43), isso porque, no tempo do Marquês de Pombal, quando parecia eminente a invasão espanhola depois da Restauração, esta proposta já circulava entre os áulicos do reino. No ano de 1803, por exemplo, D. João VI recebeu de D. Rodrigo de Souza Coutinho a sugestão de mudar-se com a família real para o Brasil, como uma “nobre” forma de resistir à tirania napoleônica. Coutinho não era o único a aconselhar o monarca lusitano a deixar Portugal, D. Pedro – marquês de Alorna – chegou também a cogitar essa alternativa, após projetar os dispêndios com uma possível guerra contra a França e perceber a fragilidade e a desorganização dos militares portugueses.

A Europa em 1807 assistia ao aumento do poder napoleônico sobre o continente, e via seus reis serem destronados, fugindo de suas capitais ou então implorando a proteção francesa;<sup>2</sup> decerto, nesta situação, os Braganças não podiam “[...] pretender fatos mais clementes. Careciam de olhar friamente para o futuro, tão pouco propício que estava revelando às velhas casas reinantes” (LIMA, 1996, p.49). E, em novembro do mesmo ano, a notícia de que as tropas napoleônicas estavam em direção a Lisboa, fez com que os acontecimentos se precipitassem. Em meio ao tumulto – “um espetáculo ao mesmo tempo triste e grotesco” (MALERBA, 2000, p.199) – o príncipe regente, os arquivos do governo e a *Biblioteca Real* e cerca de 15 mil pessoas, numa frota de 36 navios, embarcaram para a América portuguesa:

---

<sup>2</sup> Oliveira Lima (1996, p.49), sobre este momento escreveu: “O rei da Espanha mendigando em solo francês a proteção de Napoleão; o rei da Prússia foragido da sua capital ocupada pelos soldados franceses; o Stathouder, quase rei da Holanda, refugiado em Londres; o rei das Duas Sicílias exilado da sua linda Nápoles; as dinastias de Toscana e Parma, errantes; o rei de Piemonte reduzido a mesquinha corte de Cagliari”.

Não há dúvida que o embarque foi apressado pela invasão, que até à última se procurava evitar ou pelo menos postergar, que tanto só pouco antes da partida se transportou a família real de Mafra para Lisboa com parte do pessoal dependente da corte. Havia longo tempo que a partida estava, senão divulgada, planejada, assente em princípio e até certo ponto preparada, dependendo naturalmente a sua execução da atitude do governo imperial. Se alguma precipitação houve na realização do projeto, foi porque eram sempre fulminantes as resoluções de Napoleão e, no caso de Portugal, tentou-se embair a dinastia para obstar à sua deslocação para outro continente (LIMA, 1996, p. 50).

Recém chegada, a Corte apresentou-se num estado de quase indigência por conta da longa viagem. Apesar dos transtornos e desconfortos durante a travessia do Atlântico, a comitiva real foi recebida com efusão e hospitalidade pela “boa gente fluminense”. (NORTON, 1979, p. 31).

O Rio de Janeiro após tornar-se a capital da colônia portuguesa, na segunda metade do século XVIII, já apresentava rápido crescimento comercial e populacional (MARTINS, 2001, p. 50). No entanto, a transferência de Dom João VI para o Brasil reforçou as atribuições administrativas e comerciais da cidade carioca, panorama que foi intensificado depois da famosa abertura dos portos às nações amigas. Momento em que a cidade fluminense, audível e visivelmente, começou a adquirir feições europeizadas desencadeadas por um processo civilizador dos trópicos. A este respeito, o viajante alemão Johann Pohl(1976, p.38) comentou:

Se algum ponto do Novo Mundo merece, por sua situação e condições naturais, tornar-se um dia teatro de grandes acontecimentos, um foco de civilização e cultura, um empório do comércio mundial é, ao meu ver, o Rio de Janeiro. Não posso aqui reprimir essa observação.

O significativo contingente de estrangeiros em circulação na capital, insuflou novos padrões de convivência, de cultura e organização cidadina, em outras palavras, “língua, costume, arquitetura e afluxo de produtos da indústria de todas as partes do mundo dão à praça do Rio de Janeiro aspecto europeu” (SPIX; MARTIUS, 1976, p. 42). A cidade fluminense, portanto, passou a ter traços de civilidade e modernização, calcados nos exemplos europeus, uma vez que com a

presença da corte no Brasil, não só os portos se abriram para as “nações amigas”, mas também as portas para a entrada de estrangeiros (LISBOA, 1997, p. 29). A colônia assistia ao fim do exclusivismo português e a flexibilização das rigorosas restrições, que no decorrer de três séculos impediram ou limitaram a transitoriedade de estrangeiros em solo brasileiro.

Motivados por uma exuberante natureza – “guardada a sete chaves” até então – o Brasil passou a ser o destino preferencial de importantes missões científicas que, com o incentivo da Coroa lusitana, trouxeram viajantes naturalistas preocupados em realizar um inventário da fauna e da flora brasileira. Tal era a novidade de estar nos trópicos que inúmeras espécies vegetais e animais foram transportadas para as *Academias* na Europa. O Brasil se configurava, então, como um vasto laboratório das ciências da terra, num momento marcado pelo redescobrimto por meio da História Natural. “O Rio de Janeiro em particular tornou-se durante o reinado de D. João VI um ponto de encontro de estrangeiros distintos” (LIMA, 1996, p. 70).

A cidade fluminense teve sua dinâmica sensivelmente alterada após o desembarque do príncipe regente. A partir de então, era necessário criar condições para abrigar todos os (15 mil, na estimativa do comerciante inglês John Luccock) novos moradores advindos com a mudança da Corte, além dos inúmeros estrangeiros que migraram depois da abertura dos portos, atraídos pelo comércio, pelos serviços no paço e pelos segredos naturais. (MALERBA, 2000, p. 141). Diante da condição de sede do governo metropolitano, a cidade carioca passou por uma importante reestruturação político-administrativa, dando início à construção do aparato burocrático que lhe era necessário. Já no primeiro ano de estadia no Brasil, D. João VI organizou um *Ministério*<sup>3</sup>, além disso, as reformas que empreendeu buscaram implementar uma modernização parecida àquela que assistia a Europa. Fizeram parte das medidas joaninas:

---

<sup>3</sup> Em 11 de março de 1808 iniciou-se a reorganização do Estado brasileiro, com a nomeação dos ministros. Assim, foram sendo recriados todos os Órgãos do Estado português: os *Ministérios do Reino, da Marinha e Ultramar, da Guerra e Estrangeiros*, que, em 1821, mudou o nome para *Ministério da Fazenda*. Também foram recriados os órgãos da administração e da justiça: *Conselho de Estado, Desembargo do Paço, Mesa da Conciliação e Ordens, Conselho Supremo Militar*.

As inovações urbanas, arquitetônicas e institucionais [...]. A fundação da Imprensa Régia [que] resultou na circulação de jornais e livros brasileiros. A Biblioteca Nacional e o Jardim Botânico também datam desse período, além da Escola Real de Belas Artes, instalada graças à inédita assessoria de profissionais da Missão Francesa, especialmente solicitada pelo monarca em 1816 (LISBOA, 1997, p. 29).

De fato, a convivência entre brasileiros e europeus levou os colonos a adotarem novos hábitos citadinos e elevou os bons modos de educação do povo carioca. O príncipe regente difundiu o gosto pela música erudita, estimulou as produções teatrais, a criação de colégios e a publicação de livros e periódicos. Na análise de Carlos Lessa (2002, p. 37-38):

A Corte forneceu o padrão comportamental inspirador, o qual ao mesmo tempo combinou-se com a maior exposição à diplomacia e ao comércio com ingleses e franceses, ampliando o espectro de referências para as microelites. A vinda da Corte de D. João VI para o Rio intensificou a circulação mercantil e reforçou a prosperidade da vida urbana na cidade. Alojjar a Corte despertou um componente de orgulho nos ex-colônias.

D. João VI e seus ministros trabalharam com grande afincamento no embelezamento da cidade e na criação de uma infra-estrutura que atendesse as novas demandas trazidas com a Corte. No entanto, o empenho do príncipe regente esbarrou em “grandes dificuldades; [uma vez que] por toda parte torna-se necessário fazer saltar os rochedos para a abertura das novas ruas e dos cais para dar maior regularidade às que já existem” (RUGENDAS, 1976, p. 16). Neste processo de construção cidadina faltou um plano organizativo de expansão da urbe, de forma que o resultado final foi uma cidade com ruas e quarteirões irregulares e sinuosos, características que foram apontadas pela maioria dos relatos estrangeiros desse período:

As ruas, como já ficou dito, na maioria estreita, são às vezes bem pavimentadas e supridas de calçadas. As sarjetas correm pelo meio, como em Paris. [...]. A iluminação noturna da cidade satisfaz a tudo o que se refere à mesma, está instalado de maneira muito funcional (LEITHOLD, 1966, p. 12 -13).

Se considerarmos a escassez de recursos públicos direcionados para a criação de infra-estrutura na sede fluminense, podemos imaginar a precariedade da cidade nos primeiros anos do reinado joanino. O

contingente de novos moradores exigia que a cidade se expandisse para os seus arredores; ocorre que em meio ao cenário natural avançava a expansão urbana (SCHULTZ, 2001, p.101).

Para receber a Corte, o vice-rei Marcos de Noronha e Brito, Conde de Arcos, ocupou-se de remodelar sua residência, para que esta se tornasse o palácio sede do governo. E ainda, para alojar o restante da comitiva real, foi solicitado aos proprietários das melhores casas que as desocupassem. O Conde Arcos:

Logo intimou os proprietários e inquilinos que ocupavam as melhores casas a largar mão delas aos fidalgos e demais senhores da comitiva real ordenando que fixassem, nesses prédios, editais para o despejo sumário, contendo as iniciais P.R (príncipe regente), que por ironia popular imediatamente converteu essa expressão mais claramente imperativa: - *Ponha-se na Rua!* (NORTON, 1979, p. 20, grifo nosso).

A arquitetura do centro do Rio de Janeiro era composta de casas térreas e sobrados, construções que possuíam a parte da frente estreita e o fundo espaçoso, com poucas janelas na fachada e nenhuma lateral<sup>4</sup>, uma vez que as casas estavam coladas umas nas outras. “Esse tipo de construção explica-se pelo elevado custo dos terrenos no centro da cidade, onde moravam, sobretudo os comerciantes e os artistas mecânicos” (SILVA, 1986, p.507). No conjunto, esta estrutura de casa aliada a assimetria das ruas tornava a via pública um espaço limitado, sombrio e pouco arejado, no qual prevalecia o aspecto de insalubridade.

Sendo assim, a urbe carioca, nos primeiros anos oitocentistas, deixava muito a desejar, “[...] a ponto de se verem, nos lugares mais freqüentados, às vezes durante dias inteiros, cães, gatos e mesmos outros animais mortos” (RUGENDAS, 1976, p.110). Para os viajantes, os habitantes do Rio haviam adotado um gênero de vida moroso para viverem sob o calor tropical, e este modo de vida parecia ter abdicado dos princípios básicos de asseio pessoal e do lugar onde habitavam. A higiene, portanto, não era uma virtude dos brasileiros (CALDCLEUGH, 1825, p.20-21; LUCOCK, 1940, p. 167; MAWE, 1978, p.82). Nesse aspecto o espaço público da cidade carioca se assemelhava a Lisboa:

---

<sup>4</sup> Era considerada uma casa nobre aquela que possuísse maior número de janelas na fachada e algumas regalias entendidas como fundamentais ao estilo de vida da nobreza (SILVA, 1978, p. 44).

“[...] um território caracterizado pelo acúmulo de imundícies, águas pútridas estagnadas a exalar fortes miasmas” (MALERBA, 2000, p.131).

Para fugir do centro populoso e suas moradias, os homens abonados procuravam se estabelecer nos arredores da cidade. Um dos destinos preferenciais de estrangeiros, nobres e altos funcionários da Corte era a praia de Botafogo. Estes eram atraídos à região, porque o lugar possuía uma arquitetura aprazível e elegante, conseqüência do ordenamento harmonioso de uma série de construções novas e de bom gosto, dotadas de certo requinte europeu em consonância com as belezas naturais circundantes. (DEBRET, 1972, p.90; LEITHOLD, 1966, p.13; RUGENDAS, 1976, p. 15).

Esse requinte europeu também se fez presente no interior das casas. “É, sobretudo, a partir de 1816 que as modas européias começam a se impor no Rio de Janeiro em matéria de mobiliário e decoração” (SILVA, 1979, p.51). A imprensa é um veículo no qual podemos encontrar vestígios deste “comércio de luxo”. Com freqüência os jornais traziam ofertas de objetos de adorno - biombos, espelhos, vasos, caixas e utensílios de cozinha – que, em geral, eram vendidos por estrangeiros, principalmente os franceses e os ingleses (MALERBA, 2000, p. 149). Os documentos da época permitem concluir que o comércio mobiliário foi dominado pelos estrangeiros, todavia, não nos permitem conhecer claramente os grupos que efetivamente os adquiria. No entanto, o que nos fica claro é:

Que à medida que a sociabilidade brasileira ia deixando de se circunscrever aos parentes e amigos íntimos e que a vida social se ampliava com a convivência com o estrangeiro, as moradias abastadas começaram a adquirir o gosto sofisticado que caracterizava então as casas européias (SILVA, 1986, p. 512).

As reformas urbanísticas implementadas no Rio de Janeiro ofereceram, lentamente, à cidade um aspecto mais salubre que valorizava seus atributos naturais. Além disso, a melhoria do espaço público, aliada ao fortalecimento dos órgãos policiais, atraiu os moradores para as ruas: em passeios, festejos e cerimônias da Corte.

A instituição policial no Brasil tornou-se peça fundamental para o controle e ordenação da sociedade ao longo de todo o século XIX. Era de responsabilidade da polícia o governo e a administração interna. Até então no Brasil, os vice-reis e ouvidores gerais eram os responsáveis

pelas funções policiais, sendo que não se dispunha de efetivo de profissionais eficientes. Preocupado com a manutenção da ordem e a da segurança dos novos moradores do Rio de Janeiro, D. João, em decreto de 1808, organizou a polícia brasileira aos moldes da de Lisboa, criando o cargo de *Intendente Geral da Polícia*. Paulo Fernandes Viana - ouvidor e desembargador da corte - foi o designado para este cargo, posto que ocupou por cerca de doze anos. Possuindo jurisdição ampla e ilimitada, o intendente geral atuava como uma espécie de ministro da segurança pública, controlando todos os órgãos policiais do Brasil, inclusive os ouvidores gerais, os alcaides maiores e menores, corregedores, inquiridores, meirinhos e capitães de estrada e assaltos (NORTON, 1978, p.34; SCHULTZ, 2001, p.98).

O alvo preferencial do efetivo policial eram as tavernas, lugares onde se podia vender bebidas alcoólicas legalmente, e, por isso, nos quais se supunha a presença de arruaceiros inclinados a arranjarem confusões e brigas. Era igualmente da alçada da polícia ações envolvendo escravos (fugas, revoltas, alforrias e a prática da capoeira), bem como o controle da circulação negra pela cidade, a mendicância e os movimentos políticos; ou seja, praticamente tudo que envolvesse a ordenação e o funcionamento da sociedade carioca oitocentista, incluindo, até mesmo, o combate ao desleixo dos cidadãos quanto à higiene dos espaços públicos. A *Intendência* agiu, nesse período, como uma “polícia de costumes” (FRANÇA, 1999, p.53).

Iluminar a cidade também era uma forma de manter a ordem cidadina, o que melhorou seus aspectos estéticos e criou lugares de convivência. Até então levava-se uma vida monótona, poucas eram as opções de lazer e quase não haviam reuniões sociais. A vida social na capital fluminense restringia-se as festividades religiosas, aparições da Família Real, apresentações de concertos musicais e peças teatrais, além das raras reuniões (jantares) na casa da fidalguia portuguesa. Aqueles que queriam se divertir o faziam por iniciativa própria. Nas palavras do viajante Leithold (1966, p.72):

[...] para se sentir feliz no Rio de Janeiro e suas vizinhanças, pois não há vida mundana ou reuniões sociais, excluindo o teatro; fica-se como isolado e morto para o resto do mundo, a perder o melhor de seu tempo, transpirando incessantemente, como num banho turco, à cata de uma brisa ou a combater os insetos, até com bofetadas, para ter



paz. E em compensação de tantos sacrifícios, apenas a bela natureza, os rochedos selvagens que acabam por nos deixar indiferentes, nas condições lamentáveis em que se vive, como entre nós as dunas e os monturos.

No Rio de Janeiro joanino, mesmo os lugares destinados à sociabilidade, como praças, chafarizes e praias, não eram visitados com frequência:

Não é o português muito amigo de passear. A praia de Botafogo serve de corso; ali se passeia de carro. O Passeio Público é pouco visitado. Alias, não é muito grande e, com a sua ornamentação de mangueiras apresenta um aspecto monótono (POHL, 1976, p.41).

Diante disso, todo acontecimento na capital era um pretexto para se fazer festa e iluminar a cidade - foi assim na Aclamação do rei; na chegada de D. Leopoldina (arquiduquesa austríaca que aportou no Rio para se casar com D. Pedro); nas inaugurações de monumentos e dos espaços públicos. Ao analisar a sociedade e suas diversões, Maria Beatriz Nizza da Silva (1978, p. 57) salienta que “[...] não se pode encarar a noção de festejo público apenas como uma forma de mistificação política ou social. O povo aprende a respeitar o soberano, mas ao mesmo tempo diverte-se”.

As procissões e cultos religiosos, que aconteciam regularmente, eram a ocasião e um bom pretexto para as elegâncias femininas e as pompas das irmandades. Os cortejos contavam com a participação dos membros da Corte, dos soldados, das congregações e irmandades, dos músicos e cantores da *Real Capela*, dos eclesiásticos e leigos, estes últimos que carregavam bordões e estandartes. Faziam parte das procissões “[...] as noitadas já tradicionais e um tanto abandonadas do passeio Público e as representações no teatro, as grandes para não dizer únicas distrações fluminenses no tempo d’el-rei D João VI” (LIMA,1996, p. 596).

Outras festas populares animaram as ruas da sede carioca, como, por exemplo, os arraiais portugueses, com foguetes ruidosos que causavam um alvoroço entre os foliões, e os animados leilões e bazares, geralmente em favor de alguma causa religiosa. Tais préstitos, envolvendo danças e músicas congregavam gentes de todas as partes, desde os mais paupérrimos até os áulicos do reino. Enquanto alguns desfilavam, outros ficavam na janela de suas casas esperando o cortejo passar. A procissão

da corte, portanto, “[...] possuía todos os atrativos visuais e sonoros suscetíveis de agradar à multidão” (SILVA, 1978, p. 58).

As damas esperavam ansiosamente por estes acontecimentos. Eram, pois, nestas ocasiões, que elas poderiam desfilarem seus novos “modelitos”, importados, em geral, da França e da Inglaterra, bem como ostentar jóias e outros acessórios. Sem contar que para as solteiras poderia aquele ser o momento do início de um namoro. Cabe lembrar que as mulheres, tidas como rainhas do lar, pouco eram vistas circulando pelas ruas, cabendo a elas a supervisão dos afazeres domésticos e da educação dos filhos. Os viajantes ressaltaram em suas narrativas esta imagem das mulheres brancas enclausuradas em casa; “viviam a maior parte do tempo nos aposentos” (LEITHOLD, 1976, p.27; POHL, 1976, p.45; ROBERTSON, 1820, p.67). As mulheres no cumprimento dos deveres com a fé podiam ser vistas nas missas, fora isso as únicas ocasiões que se admitia a presença feminina, com a condição de estarem devidamente acompanhadas dos maridos, eram as cerimônias da Corte, bem como nos espetáculos de teatro ou música. Rose de Freycinet (2007, p.32) observou que:

As mulheres, proibidas de ir a espetáculos, cuidam de substituí-los por essas festas religiosas, às quais comparecem sempre muito enfeitadas e decotadas, como se estivessem em um baile, tratando mais de se divertirem do que de rezar a Deus. Vi algumas muito bonitas: são realmente umas morenas atraentes.

Há de se destacar também que nesses dias de festas as ruas do Rio de Janeiro eram tomadas por negros, ciganos, estrangeiros e palacianos (LEITHOLD, 1966, p.27). Entre “os nacionais da melhor classe a vista era interessante pela variedade de modas, espelho de variedade de opiniões, trajando uns à antiga [...] outros à inglesa” (LIMA, 1996, p. 599). Apesar das poucas distrações que a cidade oferecia, o que se pode observar é que o período joanino trouxe mais pessoas para as ruas e mais opções de lazer, tornando estas situações não apenas momentos de diversão e descontração, mas também uma vitrine onde se poderia ver os tipos sociais e seus trejeitos.

A partir de D. João VI o que se vê circular nas ruas cariocas são os modelos europeus de vestir; mesmo entre as classes menos favorecidas reinava uma profusão de adornos e adereços (BRACKENRIGE, 1819, p.18; HENDERSON, 1821, p.53;

RUGENDAS, 1976, p.81). E apesar do clima tropical, a moda importada do Velho Mundo foi sendo incorporada ao vestuário brasileiro, resultando em algo exótico, tanto para os europeus quanto para os colonos, não havendo, portanto, um traje tipicamente nacional. Nas palavras de Pohl (1976, p. 44), “veste-se no Rio à moda francesa e inglesa, havendo bastante luxo, que, às vezes, se mostra de maneira inteiramente exótica”.

Apesar do calor e mesmo com tempo bom, a gente do povo, brasileiros e mulatos, usa uns casacos pesados e felpudos. O mesmo fazem as mulheres, que ainda se cobrem de véus pretos. Doutro modo, vestem-se elas, brasileiras e portuguesas, de sedas e tafetás, enquanto as negras e mulatas usam tecidos grosseiros de lã em cor preta. Mesmo num clima tão quente, muitas famílias tomam chá e ainda comem as onze da noite (LEITHOLD, 1966, p. 28).

Malgrado o clima tropical, a moda importada, sobretudo da Europa, foi sendo incorporada ao vestuário brasileiro. Para Jurandir Malerba (2000, p.167) isto reflete a organização social vigente na época, uma vez que “[...] numa sociedade estamental, onde se identifica o indivíduo pelos signos que ostenta no seu corpo-manequim, não foi pequeno o impacto das vitrines que se abriram na rua do Ouvidor”. Sendo assim, a sociedade do primeiro quartel do século XIX prezava pela ostentação do luxo, que também se manifestava, com já apontamos, nos mobiliários das casas.

A entrada de tantos artigos importados no Brasil deve-se ao fortalecimento das relações comerciais, entre a ainda colônia portuguesa e as nações européias, e, em grande medida, ao porto carioca, considerado por muitos o mais bem situado do mundo (DEBRET, 1972, p.91):

Ele goza, mais do que qualquer outro, das facilidades de intercâmbio com a Europa, América, África e Índias Orientais e as Ilhas dos mares do Sul, e parece ter sido criado pela natureza para se constituir o grande elo de união entre o comércio dessas grandes regiões do Globo. (MAWE, 1812, p.107).

No Rio de Janeiro, principal empório do Brasil:

[...] é natural que o viajante note por toda parte atividade e burburinho de negócios. Particularmente o porto, a Bolsa, os mercados e as ruas mais próximas do mar, na maioria providas de depósitos para as mercadorias da Europa, estão

cheios de negociantes, marinheiros e negros. Os diferentes idiomas da multidão dessa gente, de todas as cores e vestuários se cruzam; o vozerio é interrompido e sempre repetido, com que os negros levam de um lado para outro as cargas sobre varas, o chiado de um tosco carro de bois de duas rodas, em que as mercadorias são conduzidas pela cidade, os freqüentes tiros de canhão dos castelos e dos navios de todos os países do mundo, que entram, e o estrondo de foguetes com que os habitantes quase diariamente e já de manhã cedo festejam os dias santos – confundem-se num estardalhaço ensurdecedor (SPIX; MARTIUS, 1976, p. 44-45).

No que tange a instrução pública podemos caracterizá-la como deficiente e quase inexistente (LIMA, 1996, p.18). O melhor que se tinha no Rio de Janeiro eram dois seminários que estavam a serviço da Igreja e do Estado, eram eles: São José e São Joaquim, fundados em 1739 e unificados em 1817. Porém, a transladação da Corte rasgou novos horizontes ao ensino através do esforço conjunto do príncipe regente e seus ministros. Sobre este esforço, o comerciante inglês John Luccock (1976, p.107) fez o seguinte comentário: “Desde a chegada de D. João VI ao Rio, o governo português fez várias tentativas louváveis para introduzir no Brasil, além das instituições civis, os estabelecimentos de instrução pública da Metrópole”.

Não se pode dizer que as medidas tomadas por D. João VI surtiram efeito de uma mudança radical dos parques estabelecimentos que se dispunham às vésperas de sua chegada, mas inaugurou ações que ganharam força ao longo de todo o Império. Seus empreendimentos “civilizatórios”, a rigor, tinham como objetivo suprir, num primeiro momento, as demandas de crescimento do setor comercial, além das necessidades cotidianas de sua corte.

A presença do monarca e a conjunta assistência das autoridades supremas do Estado na sua influência ordeira e metódica no país novo foram efetivamente apoiadas pelo grande número de estrangeiros que mais cedo ou mais tarde acompanharam a corte ao Rio de Janeiro. Maquinistas e construtores navais ingleses, operários em ferro, suecos, engenheiros alemães, artistas e fabricantes franceses foram convidados pelo governo para desenvolverem a indústria nacional e os conhecimentos úteis. Essas tentativas do governo, para desde logo implantar no novo solo as atividades e experiências européias são tão mais dignas de louvor, quanto maiores foram as dificuldades a enfrentar no princípio (SPIX; MARTIUS, 1976, p. 46-47).

A nova demanda de moradores incitou a preocupação com os serviços de saúde, fomentando a abertura de aulas de cirurgia, com duração de cinco anos, no intuito de formarem cirurgiões práticos que substituíssem o trabalho dos curandeiros. Até então, as operações cirúrgicas tidas como fácies eram executadas por barbeiros sangradores, já para aquelas consideradas mais complexas eram atribuídas aos “homens presunçosos” que, no fundo, pouco entendiam de anatomia (FRANÇA, 1999, p.76-77). Apesar da insuficiente formação destes “aspirantes a médicos”, tais “profissionais da saúde” eram submetidos a uma prova para ocuparem estes cargos. A verdade é que sem dispor de infra-estrutura “[...] a medicina e a cirurgia mereceram logo depois da corte se fixar, a atenção dos governantes” (NORTON, 1979, p. 102). Por vezes, a precariedade nos atendimentos médicos colocou os viajantes estrangeiros que visitavam o país, em situações curiosas, era comum que ao chegarem e uma determinada vila, pessoas os abordassem rogando-lhes auxílio médico e prescrição de remédios. (LIMA, 1996, p. 160; NORTON, 1979, p.103).

Entre as medidas tomadas por D.João VI para a melhoria da saúde, a *Carta Régia* de 1810 previa que três hábeis e aplicados estudantes do curso de medicina do hospital do Rio fossem aperfeiçoar seus estudos em Edimburgo e Londres, para que ao retornarem passassem o conhecimento adquirido para os outros alunos, contribuindo, assim, para o desenvolvimento das ciências médicas no país:

Quer o médico, quer o cirurgião, além de dominarem o sistema classificatório das moléstias internas e das cirurgias, precisavam conhecer na perfeição a “arte de formular”, ou seja, a arte de prescrever remédios necessários para a cura das enfermidades (SILVA, 1978, p. 133).

O governo atentou também para outras áreas deficitárias. No âmbito do ensino militar, o projeto de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, conde de Linhares, era estabelecer no Rio de Janeiro uma *Academia de Guardas-Marinhas*. Para o cumprimento desta tarefa, o ministro conseguiu espaço no hospício do mosteiro de São Bento, onde organizou todos os instrumentos, livros, modelos, máquinas, cartas e planos que trouxe de Portugal. Em 1809, para uso da academia, foi criado um observatório astronômico, em seguida, fundou-se a *Academia Militar*, “[...] agregando-se deste modo por completo ao

cultivo das ciências exatas o ensino dos profissionais, a técnica da guerra e arte da defesa” (LIMA, 1996, p. 162).

O militarismo no tempo de D. João VI era tido como uma arte, “[...] arte que ocupava então o lugar de relevo, [...], que exigia o conhecimento prévio de várias ciências” (SILVA, 1978, p.157). Com o intuito de oferecer este leque variado de saberes, o governo imperial em 1810 estabeleceu um curso de “ciências exatas e observação”, que incluía disciplinas consideradas fundamentais no estudo teórico e prático da ciência militar<sup>5</sup>. Em síntese, “o conhecimento científico necessário à ciência militar apresentava duas facetas complementares; uma parte teórica e uma parte prática, igualmente acentuada nos estatutos da Academia Militar” (SILVA, 1978, p. 161). Posteriormente, a *Academia de Guardas-Marinhas* e a *Academia Militar* deram origem a *Escola Politécnica*.

Outro evento importante foi estabelecimento da *Impressão Régia* em 1808. Não se passaram nem dois meses do desembarque da Coroa no Rio de Janeiro e D. João VI emitiu uma carta régia que autorizava a impressão no Brasil. Antes deste decreto, qualquer escrito que surgisse na colônia deveria ser publicado na Europa ou permanecer na forma de manuscrito - restrição que pode em parte ser atribuída ao conservadorismo da administração do marquês de Pombal (1750-1777), para quem a impressão na colônia significava fonte de poder e influência dos jesuítas. Durante a estada do monarca português nos trópicos (1808-1821) as prensas estavam sob o monopólio do governo; o órgão real detinha a exclusividade de tudo que se publicava na Corte.<sup>6</sup> Pouco tempo depois do aparecimento da imprensa oficial, foi fundada a *Gazeta do Rio de Janeiro*, veículo que dava conta dos atos do governo e da vida da Família Real (NORTON, 1979, p. 104). Com o fim do monopólio real, decretado em 2 de março de 1821, instalaram-se na cidade as primeiras oficinas tipográficas particulares - às vésperas da Independência, eram cerca de sete (RIZZINI, 1988, p.322).

---

<sup>5</sup> Compreende-se por ciência exata as ciências matemáticas; no que tange as ciências de observação, fazem parte disciplinas como a física, química, mineralogia, metalurgia e a história natural; e por fim, fazem parte da ciência militar a tática e a fortificação (SILVA, 1978, p. 1157-163).

<sup>6</sup> O primeiro concorrente da Imprensa Régia estava localizado em Salvador, Manuel Antônio da Silva Serva, antigo comerciante de Lisboa, foi quem instalou em 1811 sua tipografia na cidade baiana. Como os preços cobrados pela Imprensa Régia eram demasiadamente altos, era fácil para ele conseguir encomendas na capital.

A primeira *Biblioteca Pública* do país (atual *Biblioteca Nacional*) foi fundada no Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1811. Inicialmente o acervo contava com cerca de setenta mil volumes, que o rei trouxe consigo de Portugal. Sobre seu funcionamento: “[...] a entrada na Biblioteca é facultada ao público durante grande parte do dia; entretanto, aqui é tão pouco sentida a necessidade das ocupações científicas que as salas permanecem, por assim dizer, vazias” (SPIX; MARTIUS, 1976, p. 47-48). O incentivo à leitura, à cultura e às ciências foram também estimulados pela criação do *Jardim Botânico* em 1810, e da *Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios* (depois *Academia de Belas Artes*), em 1816. O que se percebe, portanto, é que colocar o Brasil nos trilhos do progresso científico, da erudição e do gosto pelas artes, foi uma preocupação constante de D. João VI e de seus ministros. Incentivando o cultivo das letras, das expedições científicas, artísticas e comerciais, o príncipe regente visava introduzir na colônia a modernização que a Europa vivia naquele momento. Neste sentido, concordamos com Luís Norton (1979, p. 95) ao entendermos que “[...] arquitetou-se toda uma construção européia de vida civilizada no continente americano”. Para tanto, a corte portuguesa trouxe para o Brasil homens de superior sensibilidade e cultura, alguns dos quais procuraram promover imediatamente a emancipação intelectual do novo Estado.

Dois ministros foram fundamentais neste processo de emancipação intelectual brasileira, foram eles: D. Rodrigo de Souza Coutinho (1080-1812) e seu sucessor Antonio de Araújo de Azevedo, conde da Barca (1814-1817). Há de se destacar que Coutinho foi “[...] incontestavelmente um dos maiores estadistas do período, influente nas mais importantes agências da coroa portuguesa no país” (MALERBA, 2000, p. 255). Porém, ambos procuraram implementar um plano de ensino científico, literário e artístico no Brasil.

Em 1816, o embaixador de Portugal em Paris, Marquês de Marinalva, endossado pelo Conde da Barca, que na ocasião era *Ministro dos Assuntos Estrangeiros* de D. João, convidou um grupo de artistas franceses para virem até o Brasil sob a liderança de Joachim Lebreton, secretário destituído do *Institut de France*. Dentre alguns nomes que integraram a conhecida *Missão Francesa* estão: Jean-Baptiste Debret, pintor de história; Nicolas-Antoine Taunay, pintor de paisagens e batalhas; Auguste Henri Victor Grandjean de Montigny, Charles

Lavasseur e Louis Ueier, arquitetos, August Marie Taunay e François Bonrepos, escultores; Charles Simon Pradier, gravador; François Ovide, mecânico; Jean Baptiste Leve, ferreiro; Nicolas Magliori Enout, serralheiro; Pelite e Fabre, curtidores; Louis Jean Roy e seu filho Hypolite, carpinteiros. Com chegada desta missão à América portuguesa:

[...] the crown then moved to consolidate Rio de Janeiro's cosmopolitan legance and 'growing splendor' by recruiting and subsidizing a number of the artists from France. [...] During the brazilian reing of D. João VI these artists provided the crown with the creation a vision of civilization, progress and order inspired by French neoclassicism<sup>7</sup> (SCHULTZ, 2001, p. 104).

Favorável aos projetos dos viajantes franceses, em 12 de agosto de 1816, o príncipe regente assinou o Decreto de criação de uma *Escola Real das Ciências, Artes e Ofícios*<sup>8</sup>. Era o início da *Academia Imperial de Belas Artes*. Na concepção dos áulicos o ensino das artes seria fundamental para o progresso do reino brasileiro. A implantação dessa academia representava um avanço cultural significativo, inserindo o país no mundo desenvolvido. Para mais, D. João se encontrava em terras brasileiras, e como Portugal não tinha ainda este padrão de ensino, o Brasil ficava à frente do país lusitano, o que em termos políticos interessava ao monarca, uma vez que em 1815 elevou o Brasil à categoria de Reino Unido a Portugal, mantendo a sede imperial na América (SCHULTZ, 2001, p.125).

Aqueles que por aqui passaram no tempo de D.João VI acreditaram num porvir próspero para o Brasil, sobretudo para o Rio de Janeiro, tido sob muitos aspectos, como um dos lugares mais interessantes do Novo Mundo. Talvez, aquele que pelo seu aspecto material e moral apresentava as maiores garantias de um rico porvir –

---

<sup>7</sup> Por ocasião da aclamação de D. João VI, Grandjean de Montigny, construiu um Arco do Triunfo romano, um templo grego e um Obelisco egípcio. Para as comemorações da chegada de D. Leopoldina criou outro Arco do triunfo.

<sup>8</sup> Apesar de criada em 12 de agosto de 1816, a *Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios*, não chegou a funcionar; sendo que, quatro anos mais tarde, em 12 de outubro de 1820, recebe nova denominação — *Real Academia de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura Civil*, mas infelizmente a escola continuava sem funcionar. Somente em 23 de novembro de 1820, é que inicia os trabalhos, com a criação de uma escola de ensino artístico com o nome de *Academia de Belas Artes*, com aulas de desenho, pintura, escultura e medalha.



um belo porto da terra que, na visão oitocentista, estava situado num país que produzia tudo o que exigiam as necessidades físicas do homem, bem como tudo o que o Estado poderia precisar da natureza para a sua propriedade. Todavia, a apreciada generosidade da mãe natureza carecia de um povo sábio, perspicaz, capaz de implementar as bases da modernidade e que abdicasse da educação tradicional, tida como retrograda, com intuito de adquirir qualidades intelectuais e físicas necessárias para gozar os dotes de uma natureza tão pródiga:

Certamente não exagero quando te digo que cá não se conhece, com raras exceções, o que seja *arte* ou *ciência* nem mesmo gosto pelas matérias. Embrutecidos pelo calor e por certos hábitos adquiridos na educação, quase não se sentem o estímulo de fazer algo mais do que se deixar enfeitiçar ou embair pela hipocrisia de estranhos, como se a religião se tivesse refugiado dentro deles (LEITHOLD; RANGO, 1966, p. 136).

Sendo assim, como se tentou demonstrar neste artigo, entre os anos de 1808 e 1821, o Rio de Janeiro certamente viveu uma revolução cultural, deflagrada com a presença da Corte lusitana nos trópicos. Corte essa, porém, que se viu obrigada a voltar para Portugal em decorrência do movimento liberal iniciado no Porto, em 1820. Nas palavras de Norton, (1979, p. 116): “A revolução liberal de 1820, triunfada em Portugal do absolutismo inglês da regência de Beresford, impôs o regresso de D. João VI, vestido de rei constitucional”. É desta forma que, em 26 de abril de 1821, D. João e sua Corte, cedendo então as pressões que vinham dos revolucionários vintistas, deixaram o Brasil.

Ao partir, D. Pedro, seu filho, assumia o governo brasileiro, o objetivo era o de manter a união entre os reinos, união esta que foi ameaçada depois das tentativas do governo constitucional de Lisboa de fazer o Reino reverter o Brasil à condição de colônia, já que depois das inúmeras transformações e progressos ocorridos no Brasil, os brasileiros não poderiam aceitar tal imposição, o que desencadeou um descontentamento e acelerou o processo de independência do país, levando o próprio Regente a proclamar, em pouco mais de um ano depois da partida de seu pai, a independência do Brasil, em 1822.

## Referências

ARAGO, Jacques Etienne Vitor. *D'um a outro pólo*. Lisboa: Francisco Xavier de Sousa, 1855.

BRACKENRIDGE, Henry Marie. *Voyage to south America*, performed by order of the government in the years 1817 and 1818, in the Frigate Congress. Baltimore, 1819.

BERGER, Paulo. *Bibliografia do Rio de Janeiro: viajantes e autores estrangeiros. 1531-1900*. 2. ed. Rio de Janeiro: seec, 1980.

CALDCLEUGH, Alexander. *Travels in south America*, during the years 1819-20-21: containing an account of the present state of Brazil. London : John Murray, 1825.

DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica do Brasil*. São Paulo: Martins Ed; EdUSP, 1972. 2v.

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. *Pluto Brasilienses*. São Paulo: EdUSP; Belo Horizonte: Itatiaia, 1979.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Literatura e sociedade no Rio de Janeiro oitocentista*. Lisboa: Casa da Moeda/Imprensa Nacional, 1999.

\_\_\_\_\_. *Visões do Rio de Janeiro colonial: antologia de textos, 1531-1800*. Rio de Janeiro: EdUERJ, José Olímpio, 1999.

\_\_\_\_\_. *Outras visões do Rio de Janeiro colonial: antologia de textos, 1531-1808*. Rio de Janeiro: EdUERJ, José Olímpio, 2000.

\_\_\_\_\_. *Mulheres viajantes no Brasil (1773-1820)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, José Olímpio, 2007.

GENDRIN, Victor Athanase. *Recit historique, exact et sincere, par mer et par terre, de quatre voyages faits av bresil, av chili, dans les*. Versailles: M Gendrin, 1856.

JOUET-PASTRÉ, Danielle M. E. *Produção de uma cidade: a transformação do Rio de Janeiro em metrópole*. 1996. Dissertação (Mestrado) – USP, São Paulo, 1996.

LEITHOLD, Theodor von; RANGO, Ludwing von. *O Rio de Janeiro visto por dois prussianos em 1819*. São Paulo: Brasiliana, 1966.

LESSA, Carlos (Org). *Os Lusíadas na aventura do Rio moderno*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

LIMA, Oliveira. *Dom João VI no Brasil*. 3. Ed., São Paulo: Topbooks, s.d.

LISBOA, Karen. M. *A nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Tomadas durante uma estada de dez anos no país, de 1808 a 1818. São Paulo: Ed. Martins, 1942.

MALERBA, Jurandir. *A corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808 a 1821)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MARTINS, Luciana Lima. *O Rio de Janeiro dos viajantes: o olhar britânico (1800-1850)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1978.

MESGRAVIS, Laima. *Viajante e a cidade: a vida no Rio de Janeiro através dos viajantes da primeira metade do século XIX*. 1987. Tese (Livre-docência) – USP, São Paulo, 1987.

M'LEOD, Jonh. *Narrative of a voyage, in His Majesty's late Ship Alceste, to the Yellow Sea, along the Coast of Corea, and through its numerous hitherto undiscorvered islands, to the island of Lewchew; wich an account of her shipwreck in the straits of Gaspar*. Londres: John Murray, 1817.

NORTON, Luís. *A Corte de Portugal no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional/ INL – MEC, 1979.

O'NEIL, Thomas. *A concise and accurate account of the proceedings of the squadron under the command of admiral William Sidney Smith*. Londres: R. Edwards Crane Courte, 1809.

POHL, Johann Emanuel. *Viagem ao interior do Brasil empreendida nos anos de 1817 a 1821*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1951.

Prior, Sir James. *Voyage along the eastern coast of africa, to mosambique, johanna, and quiloa; to st helena; to rio de janeiro, bahia*. London: Sir Richard Phillips and Co, 1819.

RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil, 1500-1822*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988.

RUGENDAS, Johan Moritz. *Viagem pitoresca através do país*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paul: Edusp, 1979.

SAINT-HILARIE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. São Paulo: Nacional, 1938.

SCHULTZ, Kirsten. *Tropical Versailles: empire, monarchy and the Portuguese Royal court in Rio de Janeiro, 1808-1821*. New York: Routledge, 2001.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (Coord.) *O império luso-brasileiro (1790-1822)*. Lisboa: Stampa, 1986.

\_\_\_\_\_. *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*. São Paulo: Nacional, 1978.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1981.

WIED, Maximilian Prinz von. *Viagem ao Brasil*. São Paulo: Companhia editora nacional, 1940.

Artigo recebido em agosto de 2008 e aceito para publicação em novembro de 2008.